

Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 3 Número 2
Julho / 2005

Investimento dos activos do Fundo Petrolífero

NESTA EDIÇÃO

A ABP e a gestão do Fundo Petrolífero	1
Evolução do mercado internacional do petróleo e Timor-Leste	3
Estatísticas monetárias	5
Preços; Balanço da ABP	6
Mercados cambiais e financeiros	7
ABP: alterações na sua organização devido ao seu papel na gestão do Fundo Petrolífero	8

Note que...

- ? **A Lei do Fundo Petrolífero recentemente publicada dá ao Banco Central (a actual ABP) parte da responsabilidade da gestão dos recursos do Fundo.**
- ? O Banco Central gerirá os recursos do Fundo de acordo com as orientações do Governo
- ? **Para corresponder às novas funções que lhe foram confiadas, a ABP alterou a sua estrutura organizativa**
- ? O preço internacional do petróleo tem aumentado bastante nos últimos meses devido a factores pontuais mas também a alterações estruturais
- ? **A maior alteração de longo prazo no mercado de petróleo é o grande aumento do consumo da China devido ao seu crescimento económico rápido nos últimos anos**
- ? As maiores necessidades de consumo de petróleo obrigam a China a comprar cada vez mais no mercado internacional
- ? **As oscilações do preço do petróleo vão reflectir-se na oscilação das receitas do Mar de Timor e temos de aceitar esta situação como natural**

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que o Banco Central de Timor Leste (instituição que sucederá brevemente à actual Autoridade Bancária e de Pagamentos) será o responsável pela gestão operacional dos investimentos a realizar pelo Fundo.

O objectivo deste artigo é o de apresentar os principais aspectos desta gestão, explicando ao grande público como é que o Banco Central vai gerir os investimentos do Fundo Petrolífero.

De acordo com a Lei, a gestão destes investimentos será levada a cabo de acordo com as orientações definidas pelo Ministério do Plano e Finanças (MPF) e no quadro de um "Contrato de Gestão" estabelecido entre o Ministério e o Banco Central. De acordo com este contrato o Ministério tem a responsabilidade de definir as linhas mestras da política de investimentos enquanto que caberá ao Banco Central competirá implementar, na prática, essas orientações através da gestão operacional dos recursos financeiros disponíveis.

A fim de apoiar o Ministério a lei prevê a criação de um Conselho Consultivo do Investimento que ajudará aquele em tudo quanto diga respeito à definição da estratégia de investimentos a prosseguir, dos indicadores de desempenho, dos gestores externos dos investimentos e de outros assuntos relevantes para a rentabilização do investimento. O Conselho é constituído por cinco elementos: o Director-Geral do Tesouro, o Governador do Banco Central e por três membros nomeados pelo Ministro das Finanças, devendo dois deles ter experiência de gestão deste tipo de investimentos.

O "contrato de gestão" entre o MPF e o Banco Central de Timor-Leste estabelece os deveres e direitos de cada uma das partes em relação à outra no quadro do compromisso mais geral de que deve ser assegurada a sustentabilidade do Fundo e de que os seus recursos devem ser utilizados em benefício das gerações actuais mas também das gerações futuras.

A implementação eficaz das orientações de investimento é essencial para preservar o valor deste recurso escasso e não-renovável e o quadro legal existente identifica claramente os mecanismos que assegurarão a transparência da gestão dos recursos.

A Lei e o acordo de gestão estabelecem claramente o essencial das linhas de actuação a desenvolver pelo Banco: nos primeiros cinco anos

90% dos activos do Fundo devem ser investidos em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, ou em depósitos a curto prazo, também em USD, junto de certos bancos de elevada segurança de investimento.

Os restantes 10% podem ser investidos em outros tipos de activos financeiros — incluindo activos titulados em outras moedas que não o USD — desde sejam cumpridas as orientações gerais definidas pelo Ministro do Plano e Finanças. O primeiro contrato de gestão a ser assinado não permite a utilização deste outro tipo de investimentos.

O conjunto de activos deve ter um rendimento que seja, no mínimo, equivalente ao medido pelo Índice Merrill-Linch de rentabilidade dos Títulos de Tesouro norte-americanos de 0 a 5 anos.

A fim de implementar devidamente as funções de gestor do Fundo Petrolífero o Banco Central criou na sua estrutura um departamento específico para tal designado Departamento do Fundo Petrolífero, a ser chefiado por um Director Executivo e tendo duas divisões que correspondem às funções fundamentais desempenhadas por uma unidade de investimento: a Divisão de Investimentos e a Divisão de Gestão de Riscos de Investimento. As funções de "back office" serão desempenhadas pelas divisões existentes no seio dos Departamentos de Pagamentos e de Contabilidade. Além disso foi criada uma unidade de "Secretariado do Fundo Petrolífero" que prestará serviços de apoio de secretariado ao Conselho Consultivo de Investimento. Estas funções serão desempenhadas por técnicos da Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas sob a direcção do Director-Geral do Banco Central ou de quem desempenhar funções equivalentes.

Quais são as principais funções desempenhadas por cada uma destas áreas?

Divisão de Investimento

Esta Divisão é responsável pelo investimento dos activos do Fundo Petrolífero de acordo com as orientações resultantes da lei e do Director-Geral da ABP. Tem a responsabilidade de desempenhar as seguintes funções:

- ? Identificar todos os investimentos que chegam ao fim do seu prazo e necessitam de ser reinvestidos, determinando o período durante o qual o devem ser;

Continua na pág. seguinte

Investimentos do Fundo Petrolífero (concl.)

- ? Contactar contrapartes para a gestão dos recursos disponíveis de modo a que o rendimento obtido seja maximizado;
- ? Assegurar que as aplicações são feitas ao melhor preço;
- ? Assegurar-se de que toda a documentação necessária para a realização dos investimentos é preparada atempadamente;
- ? Assegurar-se de que a documentação contabilística apropriada quanto a pagamentos e recebimentos é efectivamente preparada de modo a que as demais Divisões envolvidas possam operar em devido tempo;
- ? Seguir as alterações de taxas de câmbio e de taxas de juro que possam afectar a rentabilidade dos investimentos efectuados
- ? Preparar relatórios diários, semanais e mensais de gestão de acordo com instruções e procedimentos específicos

Divisão de Gestão de Riscos de Investimento

Esta Divisão é responsável pela monitoragem dos riscos associados aos investimentos efectuados pelo Fundo Petrolífero tomando como ponto de referência as determinações da Lei do Fundo, do Ministro do Plano e Finanças e do Director-Geral da ABP e, nomeadamente, assegurar que são desempenhadas as seguintes funções:

- ? **Medição e gestão de riscos**
- ? Fazer, numa base mensal, a comparação com a carteira de títulos definida como “padrão de comparação” (*benchmark*)
- ? Calcular diariamente a duração da *benchmark* e da carteira de títulos do Fundo de modo a determinar se a do Fundo se mantém dentro dos parâmetros autorizados
- ? Preparar relatórios explicando os possíveis desvios
- ? Monitorar os mandatos dos gestores externos de carteiras de títulos
- ? Calcular as necessidades de liquidez (ou de instrumentos de liquidez a curto-prazo) do Fundo e determinar como poderão ser mobilizados fundos suplementares se tal for necessário;
- ? Desenvolver um quadro de gestão de riscos, nomeadamente através da proposta de limites destes para as diversas aplicações financeiras;
- ? Monitorar a entrada de receitas comparando-as com as previsões e alertar os órgãos de gestão superior quando forem encontradas diferenças significativas entre umas e outras;

Calcular e reportar sobre o desempenho dos investimentos do Fundo:

- ? Calcular diariamente o valor do *portfolio* efectivo do Fundo baseando-se nos preços de encerramento dos mercados no dia anterior;
- ? Determinar diariamente a taxa de retorno dos investimentos do Fundo e da *benchmark*
- ? Gerar os documentos contabilísticos necessários para fazer reflectir o efeito dos valores de mercado nos valores contabilísticos;
- ? Preparar os relatórios que lhe forem solicitados pelo Conselho Consultivo de Investimentos;
- ? Auxiliar na preparação dos relatórios periódicos e no relatório anual do Fundo Petrolífero através do fornecimento de dados e comentários quando solicitados.

O “**Back Office**” é responsável por todas as actividades relacionadas os aspectos operacionais de confirmação e de pagamentos das operações efectuadas, garantindo que tal seja efectuado de uma forma que esteja de acordo com os mais elevados standards de confiança, integridade e cumprimento de prazos. Ele é, nomeadamente, responsável pelas seguintes actividades:

- ? Enviar e receber confirmações das várias operações de compra e venda de títulos
- ? Assegurar-se de que as liquidações das operações se realizam dentro dos limites de exposição de risco definidos
- ? Preparar os actos contabilísticos necessários baseados nos documentos de compra/venda
- ? Assegurar-se que são enviadas aos bancos correspondentes da ABP/Banco Central ordens autenticadas de pagamento
- ? Receber mensagens dos contrapartes, autenticá-las e processá-las conforme as necessidades
- ? Manter registos de todos os pagamentos efectuados e recebidos
- ? Relacionar-se com os clientes da ABP/Banco Central, a gestão do Fundo Petrolífero, e outras partes de modo a assegurar-se que todos os problemas que surjam na gestão diária dos recursos sejam resolvidos de forma eficaz e rápida;
- ? Desempenhar todas as tarefas suplementares que se mostrem necessárias para o desempenho eficaz das funções de *settlement*

Secretariado do Conselho para o Investimento

O Secretário Executivo será o principal apoio ao Conselho Consultivo de Investimentos. Essa pessoa será responsável pela apresentação de propostas para apreciação dos membros do Conselho no que diz respeito a temas como:

- ? *benchmark* de desempenho relativamente aos rendimentos desejados a partir dos investimentos efectuados tendo em consideração o risco admitido como aceitável;
- ? Instruções quanto aos investimentos;
- ? Avaliação da *performance* dos gestores das carteiras de títulos e recomendação quanto aos que devem ser mantidos e os que devem ser substituídos
- ? Alterações na estratégia de investimento e de gestão do Fundo
- ? Preparação das propostas de alteração da estratégia de investimento a serem revistas pelo CCI
- ? Coordenação da organização das reuniões do Conselho Consultivo de Investimento

A implementação, com sucesso, das instruções de gestão do Fundo Petrolífero exigem que haja uma boa coordenação entre todas estas funções a desenvolver.

O Banco Central/ABP tem actuado de modo a assegurar a eficaz implementação das orientações estabelecidas no acordo de gestão firmado com o Ministério das Finanças.

A estreita colaboração entre ambas as instituições e a prossecução de uma boa gestão, transparência e responsabilidade perante a comunidade asseguram que o uso da riqueza petrolífera do nosso país está de acordo com as necessidades das gerações presentes e futuras.

Petróleo: evolução do mercado internacional, preços e rendimentos de Timor-Leste

Evolução recente do mercado internacional de petróleo

No nosso Boletim de Outubro do ano passado já abordámos a problemática da evolução do preço do petróleo e suas consequências relativamente à economia mundial. Este ponto pretende ser uma actualização do que então dissemos tendo em consideração a evolução significativa que se verificou desde então e que se pode sintetizar no facto de desde o início deste ano se ter registado uma subida de cerca de 50% do preço do “ouro negro” (cerca de 40 dólares por barril em Janeiro e quase 60 hoje). O preço actual (fim de Julho/05) é de cerca de 59 USD/barril.

Vários factores têm concorrido ao longo dos últimos meses para esta subida. Eles vão desde o mau tempo (que afectou, por diversas vezes, a produção no Golfo do México) aos receios quanto ao efeito da agitação social e política na Nigéria, dos problemas com a produção e exportação no Iraque às dificuldades de produção na ex-União Soviética relacionadas com as relações entre o poder central e algumas das grandes produtoras de petróleo, do aumento da procura nos países ocidentais até ao grande aumento da procura (e aquisição no mercado internacional) de petróleo pela China na sequência do seu rápido crescimento económico dos últimos anos --- cerca de 8-9%/ano.

A tudo isto corresponde uma dificuldade de expansão da oferta de produto --- quer em bruto quer, principalmente, refinado, que resulta em boa parte dos fracos investimentos que foram feitos há alguns atrás quando os preços do “crude” estavam muito abaixo dos actuais, situando-se no final de 2001 num valor tão baixo como cerca de 17 USD/barril (há menos de 4 anos, tendo mais que triplicado desde então!...)

A China e a sua busca por mais fontes de abastecimento

Como referimos acima, uma das causas do aumento do preço do petróleo foi o aumento da sua procura pela China devido à conjugação de dois factos: (i) a queda da produção interna resultante do progressivo esgotamento dos seus poços de petróleo; e (ii) as crescentes necessidades de energia derivadas do seu rápido crescimento económico.

Para se ter uma ideia do crescimento da procura da China refira-se que o seu consumo total de petróleo aumentou de cerca de 2,3 milhões de barris por dia em 1990 para 5,6 milhões em 2003. As estimativas vão no sentido de que em 2010 será de 7,6 milhões e em 2025 será de 12,8 milhões de barris por dia, dos quais 9,4 milhões serão importados. Hoje em dia cerca de 35% do consumo é obtido através das importações.

Tal como nos anos recentes, a procura, pela China, de petróleo no mercado internacional deve aumentar cerca de 8% em 2005, sendo responsável por um terço do aumento total da procura que se vai verificar este ano. Refira-se que em 2003 as importações de produtos petrolíferos (petróleo bruto e seus derivados) pela China foram de 2,1 milhões de barris por dia e em 2004 passaram a ser de 3 milhões (1,7 e 2,3 milhões, respectivamente, só de crude).

Esta realidade tem levado a China a procurar abastecer-se um pouco por todo o mundo, estabelecendo negócios de longo prazo para o fornecimento/exploração de petróleo com vários países que vão desde o Irão ao Lémene, do Gabão ao Sudão, da Austrália à Indonésia e ao Cazaquistão. Já este ano, por exemplo, a China fez um acordo com Angola --- que

já é o segundo fornecedor da China, depois da Arábia Saudita --- que incluiu a compra de cerca de 50% de alguns campos petrolíferos e a concessão de vultosos empréstimos a Angola em condições financeiras excepcionais --- que a tornam, por exemplo, relativamente independente de eventuais financiamentos “condicionados” a conceder pelo FMI.

Como dissemos acima, é esta política que tem sido, em parte, a responsável pela subida dos preços do petróleo no mercado internacional. Se tivermos em consideração que as reservas estratégicas do país (i.e., o volume de produtos petrolíferos armazenados num determinado momento no país) se limitam ao equivalente a cerca de 22 dias de consumo --- contra os 90 usuais na maior parte dos países, particularmente os mais ricos --- e que a China dispõe hoje de reservas cambiais muito apreciáveis (quase 700 biliões de USD!), teremos uma imagem do que poderá vir a acontecer no futuro próximo se as autoridades do país decidirem, como aparentemente já terão decidido, utilizar parte dessas reservas em divisas para aumentarem os seus stocks de petróleo.

Daí poderá advir maior pressão sobre os preços do petróleo e uma subida destes --- ou, pelo menos, a sua manutenção no nível (elevado) a que têm estado com todas as suas consequências relativamente ao abrandamento do crescimento das principais economias mundiais (Estados Unidos e Europa, principalmente).

Esta diversificação de fontes de fornecimento da China traduz-se também no facto de a região da Ásia-Pacífico ter sido a origem de 61% das importações chinesas em 1990 e hoje fornecer apenas 12% das importações petrolíferas do país. O Médio Oriente, por sua vez, viu aumentar a sua percentagem de 39% para 45% e a África responder por 28% das importações. Angola é já hoje o segundo principal fornecedor da China depois da Arábia Saudita.

Apesar daquela queda de importância das importações com origem na Ásia-Pacífico, a verdade é que os esforços para se abastecer na região continuam. Assim, por exemplo, duas das maiores empresas estatais chinesas especializadas neste sector compraram recentemente fortes participações em campos petrolíferos na Indonésia, associando-se com a Pertamina.

Também a Austrália está na mira dos chineses, que já são parceiros da Chevron num projecto de exploração de gás liquefeito e procuram aprofundar essa ligação com parcerias para a exploração de outros campos de gás. Não admira, pois, o interesse que aquele país tem mantido quanto à exploração do petróleo e gás on- e off-shore em Timor-Leste.

Este mesmo interesse --- nomeadamente por zonas cuja “nacionalidade” se encontra em litígio como é o caso das Ilhas Spratley, uma parte significativa do Mar do Sul da China e zonas off-shore mais a norte --- pode estar na base de potenciais conflitos futuros pelo controlo de zonas produtoras de petróleo. O próprio Primeiro-Ministro da Malásia, Abdullah Badawi, alertou recentemente para eles e devemos ter em consideração que alguns autores consideram que já se terá entrado, hoje, na fase final da disponibilidade de petróleo a nível mundial, tornando-o cada vez mais escasso face às necessidades da sua utilização --- o que dificilmente não se repercutirá em maiores pressões para a subida do seu preço.

Continua na pág. seguinte

Petróleo: evolução do mercado internacional, preços e rendimentos de Timor-Leste (conclusão)

Os rendimentos de petróleo de Timor Leste e sua evolução

A pressão a que se tem assistido no mercado internacional levou, como referido acima, a um aumento de quase 50% do preço do petróleo desde o início deste ano até agora, situando-se presentemente (fim de Julho/05) nos cerca de USD 58-59 USD por barril. A pergunta que todos se colocam é se, a curto-médio prazo, este preço vai estabilizar nesta faixa, aumentar ou baixar. Desta evolução dependerá quer a evolução da economia internacional quer a das receitas dos países exportadores como Timor-Leste.

Quanto à primeira, a subida que se verificou recentemente levou já à revisão, em baixa, das estimativas de crescimento para este ano e, eventualmente, para o próximo o que, a verificar-se, reduzirá a tensão no mercado de petróleo e poderá contribuir para a baixa (quanto?) do seu preço. Há estimativas (p.ex., do ANZ) que prevêem que o preço do barril virá a baixar para a média de USD 46,2 por barril neste ano e para USD 40,5 em 2006.

Note-se, porém, que as estimativas quanto a evolução deste preço que estão na base dos cálculos relativos à previsão das receitas de petróleo do Mar de Timor nos trabalhos preparatórios do Orçamento Geral do Estado para 2005-06 são os seguintes (USD por barril):

Preços mundiais do petróleo

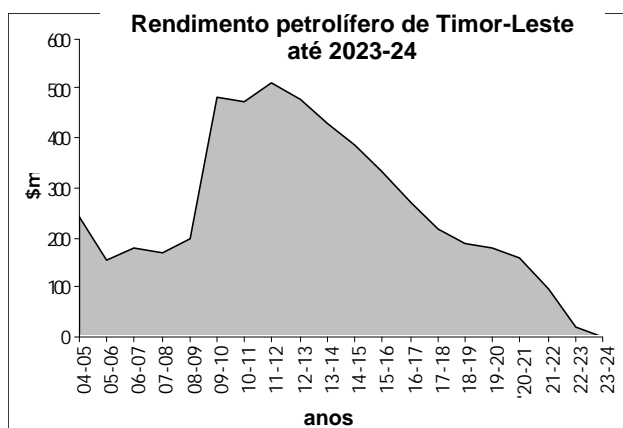
(estimativas para efeitos de cálculos das receitas petrolíferas e que são USD 5,00 mais baixos que as estimativas dos preços internacionais)

2005	2006	2007	2008	2009	2010
40.62	37.72	36.02	35.02	34.39	33.99

Tomando como base os preços acima indicados, a estimativa para o preço internacional do petróleo tomada como base foi de 45,62 USD/barril para 2005 e de 42,72 USD/barril para 2006; Partindo destes valores, as estimativas de receitas de petróleo do Mar de Timor (sem contar com o poço do Greater Sunrise, cujas negociações se ultimam e que deverá iniciar a produção apenas dentro de 6-7 anos) são as que constam do gráfico abaixo.

Refira-se, em primeiro lugar, que as estimativas disponíveis são isso mesmo: estimativas e, como tal, susceptíveis de se concretizarem ou não. O grau de proximidade entre as estimativas e a realidade depende de vários factores tais como (eventuais) problemas técnicos com a produção, a evolução efectiva dos preços do petróleo no mercado internacional.

Tendo por base os preços de petróleo estimados acima e as perspectivas quanto à produção, as receitas de petróleo estimadas para Timor-Leste nos trabalhos preparatórios do Orçamento de Estado para 2005-06 são, para os anos até 2008-09, em milhões de USD, as seguintes (valores arredondados): 159 milhões, 186 milhões, 181 milhões e 219 milhões. Isto perfaz um total de 744 milhões para os quatro anos.



Estes rendimentos poderão baixar se os preços do petróleo tomados como base dos cálculos diminuïrem em resultado de uma queda mais acentuada que o previsto do preço internacional do petróleo ou aumentar se este preço for superior ao previsto. Note-se, por exemplo, que as estimativas do ANZ mencionados acima são, para 2006, 2,2 USD mais baixas e que se elas fossem tomadas como base dos cálculos de receitas estas sofreriam uma quebra (eventual) de cerca de 5% em 2006 (cerca de 9-10 milhões USD).

Esta instabilidade das receitas petrolíferas dificultam a gestão dos recursos do Mar de Timor e do Orçamento de Estado. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com este tipo de receitas para este período de 4 anos: no Orçamento de 2004-05 a estimativa inicial era de que seriam de 270 milhões USD que se “transformaram” em 547 quando da revisão do referido orçamento em Novembro/Dezembro passado e, agora, nos actuais 745 milhões de USD, quase o triplo das estimativa inicial.

Assim e porque Timor-Leste é (agora) um produtor de petróleo, o aumento do preço deste é bom para o nosso país porque aumenta as suas receitas, essenciais para o financiamento do desenvolvimento nacional e para o aumento do valor do Fundo Petrolífero que se destina a ser utilizado fundamentalmente pelas gerações futuras.

Recorde-se mais uma vez que estes valores não incluem os futuros rendimentos da zona petrolífera do Greater Sunrise. Quando esta estiver a produzir se se confirmar a repartição em partes iguais das suas receitas (fiscais e de *royalties*) entre Timor-Leste a Austrália, as receitas totais a receber pelo nosso país a partir do Mar de Timor poderão, mais que duplicar os valores actualmente previstos.

Isto, em si, é uma (muito) boa notícia mas só o será de facto se a aplicação dos recursos disponíveis for feita com cuidado e em benefício de todos e não apenas de alguns. É que não são poucos os exemplos de países que, devido à riqueza do petróleo ou outra de que dispõem, se viram envolvidos em graves crises sociais e económicas. É isso que é preciso evitar que se repita no nosso país. As gerações futuras não nos perdoarão se não o conseguirmos. Vamos conseguir!

Estatísticas monetárias

milhares de USD	Março	Abril	Maió	Junho
Activos externos líquidos	283.682	319.746	353.277	355.271
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>338.138</i>	<i>375.238</i>	<i>409.539</i>	<i>410.875</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	296.476	329.472	362.712	364.840
Disponibilidades dos bancos comerciais	41.662	45.765	46.827	46.035
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>54.456</i>	<i>55.492</i>	<i>56.262</i>	<i>55.603</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	12.024	12.024	12.439	12.360
Responsabilidades dos bancos comerciais	42.432	43.467	43.823	43.243
Crédito interno ⁽²⁾	-171.220	-203.483	-235.647	-237.701
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0
crédito da ABPTL	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	268.991	299.238	331.633	337.564
na ABPTL	268.991	299.238	331.633	337.564
nos bancos comerciais	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-268.991</i>	<i>-299.238</i>	<i>-331.633</i>	<i>-337.564</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	97.770	95.755	95.987	99.862
crédito da ABPTL	-1.682	-2.069	-2.157	-1.778
crédito dos bancos comerciais	99.452	97.824	98.144	101.640
Dinheiro em caixa nos bancos comerciais	5.495	7.493	6.809	6.252
Depósitos (à vista e a prazo)	87.198	90.693	89.903	92.180
Depósitos à vista nos bancos comerciais	52.977	54.190	54.905	57.011
Empresas públicas não financeiras	528	284	292	301
Depósitos de empresas e particulares	52.449	53.906	54.613	56.710
Depósitos a prazo	34.221	36.504	34.998	35.169
Depósitos da ABPTL	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	34.221	36.504	34.998	35.169
Outros activos líquidos	743	494	366	22
Idem. ABP	-808	-842	-689	-799
Idem. bancos comerciais	1.551	1.336	1.056	821
Capital e reservas	24.964	25.646	26.403	25.347
Capital realizado e resultados transitados	24.196	24.460	24.644	23.182
idem. da ABPTL	7.727	7.727	7.727	7.727
idem. dos bancos comerciais	16.469	16.733	16.916	15.455
Resultados correntes	125	544	1.117	1.522
Resultados da ABPTL	1.092	1.182	1.302	1.222
Resultados dos bancos comerciais	-967	-639	-185	300
Reserva geral e reservas especiais	643	643	643	643
Reserva da ABPTL	643	643	643	643
Reservas dos bancos comerciais	0	0	0	0

(1) A partir do mês de Agosto/2003, inclusive, as estatísticas monetárias passaram a incluir o Banco Mandiri, passando o sector bancário comercial nacional a ser constituído por quatro instituições (três bancos e a Instituição de Micro-Finanças)

(2) devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário, nulos no caso de Timor Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

No trimestre terminado em Junho/2005 as disponibilidades sobre o estrangeiro aumentaram, face ao trimestre anterior, em 355,3 milhões de USD, correspondentes a um aumento de cerca de 25%.

A principal razão desta evolução foi o aumento de 140% dos depósitos no exterior com origem na ABP e que correspondem, no essencial, a aplicações de verbas depositadas pelo Governo junto do banco central, as quais aumentaram quase 70 milhões USD durante o período em análise.

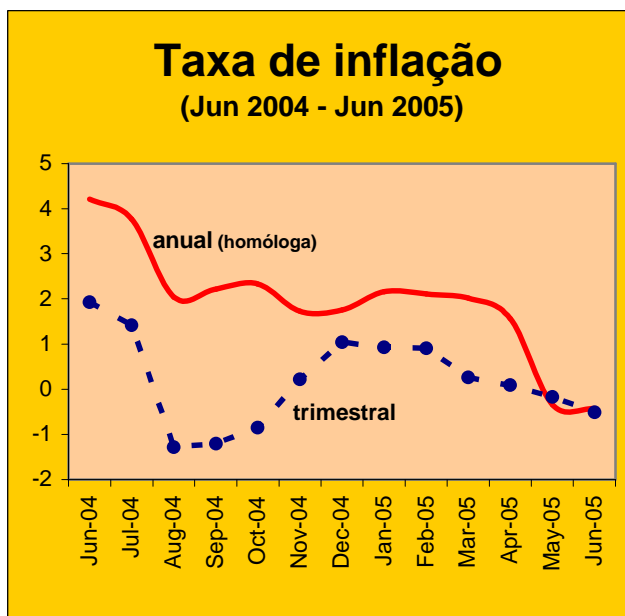
O crédito dos bancos comerciais à economia aumentou, entretanto, de 2 milhões de USD, cerca de 2%, enquanto que os depósitos na banca comercial aumentaram 5 milhões, cerca de 3%.

Evolução dos preços em Dili

Items	IPC Jun 2004	IPC Mar 2005	IPC Jun 2005	Inflação Trimestral *	Inflação anual (Taxa homóloga **)
TODOS OS GRUPOS	116,3	116,4	115,8	-0,5	-0,4
Alimentação	118,3	115,6	113,7	-1,6	-3,9
Bebidas e tabaco	116,9	119,0	128,3	7,8	9,8
Vestuário e calçado	129,8	131,5	130,8	-0,5	0,8
Habitação	108,3	114,5	116,6	1,8	7,7
Despesas habitação	106,1	105,2	104,4	-0,8	-1,6
Saúde	111,6	120,8	120,8	0,0	8,2
Educação e recreio	109,8	109,7	109,7	0,0	-0,1
Transp. + comunicaç.	104,7	114,3	114,7	0,3	9,6

Notas:

*) % de variação do IPC em Junho/05 relativamente a Março/05
 **) idem, em Junho/2005 relativamente ao mesmo mês de 2004



O Índice de Preços no Consumidor (IPC), tal como publicado pela Direcção Nacional de Estatística do Ministério do Plano e Finanças de Timor-Leste, indica que os preços no consumidor terão descido, em média, cerca de 0,5% durante o trimestre terminado em Junho passado comparativamente com o trimestre anterior, em que a variação foi positiva de 0,3%.

A descida média dos preços foi provocada por uma descida nos preços dos produtos alimentares, nos do vestuário e calçado e nos das despesas com a habitação. O primeiro teve a maior queda no trimestre, com uma descida de 1,6%, que compara com a de 1% no trimestre anterior.

A taxa anual de inflação durante o ano fiscal 2004-05 terá sido negativa, com -0,4%, contra os 4,2% verificados no ano fiscal anterior. O abrandamento da inflação ficou a dever-se principalmente à descida do preço dos produtos alimentares (-3,9%).

Balanço da ABP

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
Banking and Payments Authority of Timor-Leste

Avenida Bispo Medeiros, PO Box 59, Dili, Timor-Leste

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – Ano Fiscal de 2004 - 2005

BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Em 30 de Junho de 2005		Periodo Concluído em 30 de Junho de 2005	
ACTIVOS	US Dollars	PROVEITOS	US Dollars
Caixa e Depósitos	129,693,341	Juros recebidos de activos financeiros	956,081
Investimentos	235,139,750	Transferência orçamental	620,000
Outros activos	1,184,028	Rendimento de títulos de governos estrangeiros	3,361,580
TOTAL do ACTIVO	366,017,119	Taxas e recuperação de custos	268,993
		Outras receitas	193,029
		TOTAL dos PROVEITOS	5,399,683
PASSIVO		CUSTOS	
Moeda emitida	1,465,161	Despesas financeiras	3,226,303
Depósitos do Governo	337,789,541	Distribuição de moeda	173,513
Depósitos de instituições Financeiras Nacionais	4,676,346	Despesas com Pessoal	270,251
Depósitos de instituições Financeiras Estrangeiras	12,360,244	Despesas Operacionais	347,368
Outros passivos	134,125	Depreciação	160,095
TOTAL do PASSIVO	356,425,417	TOTAL dos CUSTOS	4,177,767
ACTIVOS LÍQUIDOS	9,591,702		
SITUAÇÃO LÍQUIDA		RESULTADO LÍQUIDO	1,221,915
Capital	7,727,188		
Reserva Geral	642,599		
Lucros Retidos	1,221,915		
TOTAL da SITUAÇÃO LÍQUIDA	9,591,702		

As contas sumariadas acima são apresentadas de acordo com o artigo 56.2 do Regulamento 2001/30 e foram preparadas com base nos registos financeiros da ABP tal como existentes à data de 30 de Junho de 2005.

Estes valores são totais acumulados e não foram auditados.
 As vírgulas correspondem à pontuação anglófona e separam os milhares



22 de Julho de 2005

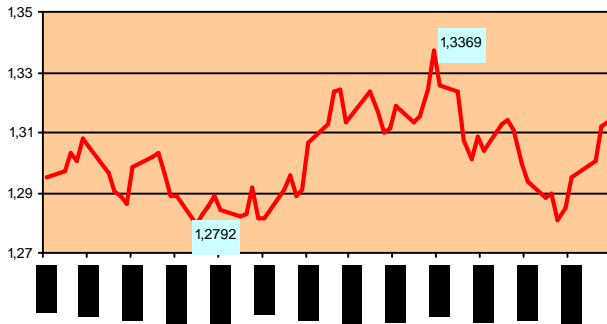
Mercados cambiais

Evolução recente

Nos dois gráficos abaixo, em que se indicam as quantidades da moeda estrangeira respectiva (AUD-Dólar australiano e Euro) que cada unidade de moeda nacional (USD) permite comprar, uma desvalorização do USD é representada por uma subida da respectiva curva. No gráfico da direita, que representa a quantidade de rupias indonésias compradas por cada USD, uma desvalorização do USD é representada por uma descida da curva já que ele permitirá comprar menos rupias.

AUD/USD

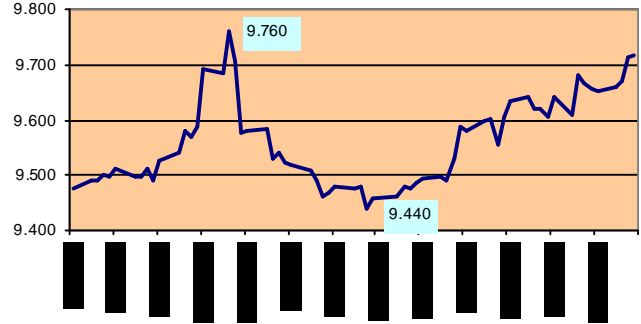
(Abril - Junho 2005)



Fonte: Oanda

IDR por USD

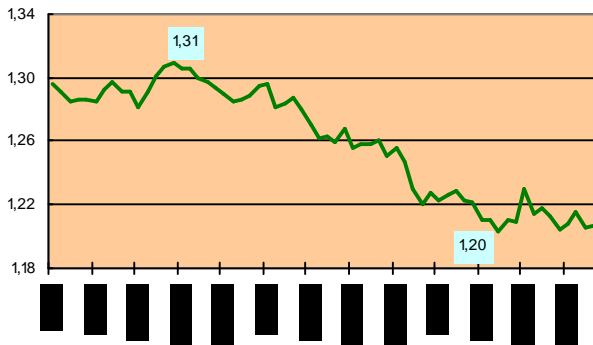
(Abril - Junho 05)



Fonte: Oanda

USD por Euro

(Abril - Junho 2005)



Fonte: Oanda

Os gráficos demonstram que durante o segundo trimestre de 2005 se verificou alguma instabilidade do câmbio do USD face ao dólar australiano (AUD) e, mesmo, face ao Euro — embora neste caso menos acentuada.

Relativamente a este último tem-se verificado nos últimos tempos uma desvalorização que se fica a dever principalmente à melhoria da situação económica nos EUA e à subida das taxas de juro neste país.

Quanto ao AUD, a instabilidade do seu câmbio em relação ao USD tem sido maior e parece ter atravessado no final do trimestre uma fase de desvalorização depois de uma "correção" representada por uma ligeira revalorização imediatamente antes.

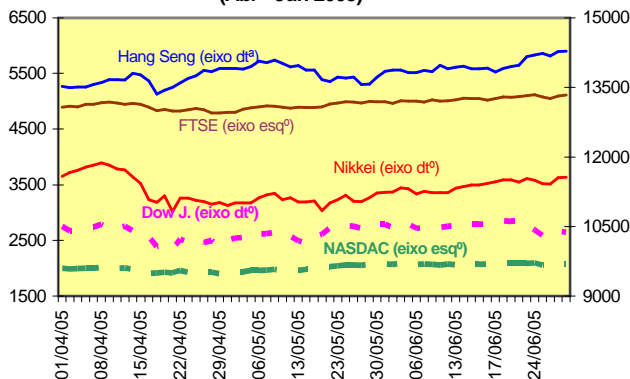
No caso da rupia Indonésia, depois de uma valorização da sua moeda esta voltou a depreciar-se face ao USD devido ao impacto da subida do preço do petróleo e aos receios de que se verifique uma maior inflação devido, nomeadamente, à forte descida dos subsídios aos produtos petrolíferos.

Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

Evolução das Bolsas de Valores

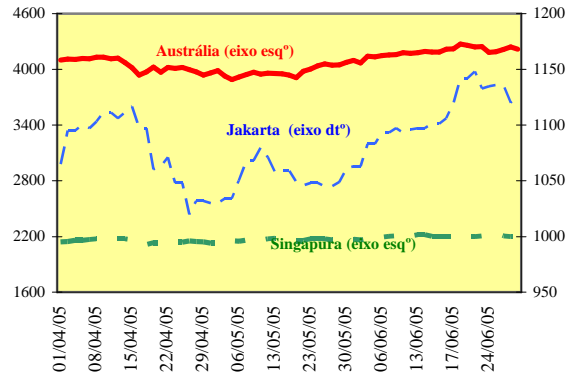
(Abr - Jun 2005)



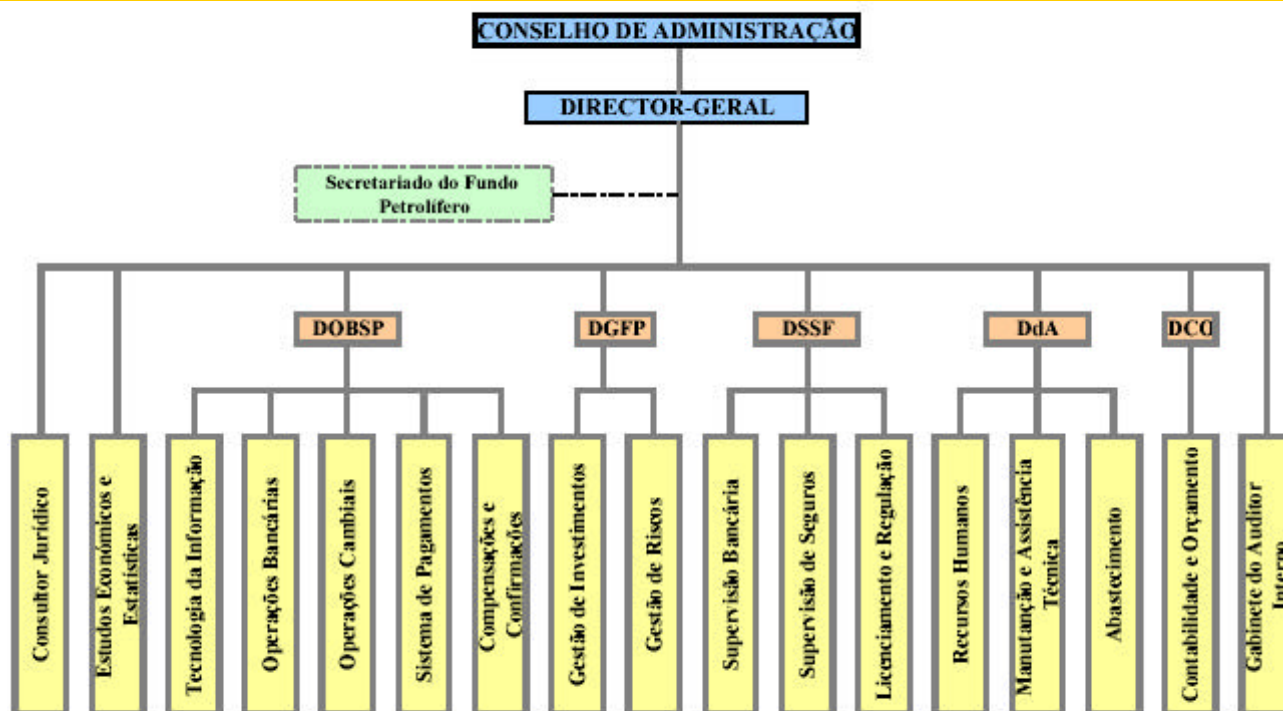
Fonte: Oanda

Evolução das Bolsas de Valores

(Abr - Jun 2005)



Fonte: Oanda



Notas:

- ? DOBSP - Departamento de Operações Bancárias e Sistema de Pagamentos
- ? DGFP - Departamento de Gestão do Fundo Petrolífero
- ? DFSS - Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro
- ? DdA - Departamento de Administração
- ? DCO - Divisão de Contabilidade e Orçamento

China: alteração cambial

Em 1994, depois de um período de rápido crescimento e com o intuito de acelerar ainda mais a abertura da sua economia ao mercado internacional, a China introduziu uma alteração profunda da sua política cambial, unificando a taxa de câmbio oficial, então muito sobrevalorizada, com a taxa de câmbio das operações realizadas principalmente pelas empresas estrangeiras que nela estavam instaladas. Daí e dos movimentos que se seguiram a essa unificação resultou a fixação de uma taxa de câmbio fixa de 8,28 yuans por USD que vigou até há alguns dias atrás.

De facto, numa resposta (moderada) às pressões dos Estados Unidos, da União Europeia e de várias organizações internacionais — mas num *timing* por si escolhido... —, a China acaba de rever a sua política cambial e introduzir, simultaneamente, uma desvalorização de 2% — a nova taxa é de 8,11 yuans por USD —, muito menos que os (irrealistas) 10% “reivindicados” pelos países e organizações referidas.

A nova política faz a taxa de câmbio depender não do USD (como até agora) mas de um “cabaz” de moedas de que se desconhece a composição e o peso relativo de cada moeda.

A política cautelosa da China deve-se quer à necessidade de ver como o mercado reage ao encarecimento dos seus produtos de exportação quer (para nós principalmente...) à necessidade de não colocar em risco a confiança dos investidores na estabilidade da taxa de câmbio do dólar de Hong Kong — fixada há cerca de 20 anos! — e que poria em causa o papel de importante praça financeira da Região Autónoma Especial.

Política cambial da Indonésia

A política económica prosseguida pelas autoridades do nosso vizinho a ocidente (e norte) tem sido a responsável por uma recuperação da economia que garantiu ao país uma taxa de crescimento elevado e sempre em crescendo nos últimos anos: 4,9% em 2003, 5,1% em 2004 e (prevê-se) 5,7% este ano — com uma quase estabilização a este nível (5,6%) em 2006. Será mesmo o único caso em que tal se verificou pois nos outros países o crescimento foi muito mais instável (5% em 2003 na média dos ASEAN-5: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia).

Ora, uma componente importante dessa política económica de sucesso tem sido uma política monetária conduzida com rigor pelo banco central do país com o objectivo de facilitar o crescimento económico. Só que isso significou uma oferta monetária variando a taxas cada vez maiores e que assegurou taxas de juro reais convidativas ao investimento e à reestruturação de alguns negócios.

Uma das consequências (desejadas?) desta política foi uma desvalorização progressiva da rupia — taxa média de 8465 IDR/USD em 2003 e 9270 IDR/USD em 2004 — que em parte se tornou necessária para contrabalançar uma taxa de inflação (6,1% em 2004 e, previsivelmente, 7,7 este ano) que é a mais elevada da Ásia e que poria em causa a competitividade externa das exportações do país, que têm uma das taxas mais elevadas de crescimento nesta região (12,6% e 14,7% em 2003 e 2004).

Para 2006 espera-se uma ligeira revalorização da rupia se for possível, como se espera, fazer baixar a taxa de inflação.